

Governos pedem antecipação

BRASÍLIA — Apenas em novembro, as consultas de estados e municípios ao Banco Central para contratação de dívida nova com os bancos em empréstimos de curto prazo por Antecipações da Receita Orçamentária (ARO) chegaram a R\$ 478,5 milhões contra R\$ 399,8 milhões em outubro. O aumento, segundo o chefe do Departamento da Dívida Pública do Banco Central, Jairo da Cruz Ferreira, deve-se provavelmente à necessidade de recursos para pagamento do 13º salário do funcionalismo. De janeiro a novembro, as consultas de estados e municípios para endividamento em ARO atingiu R\$ 3,8 bilhões.

O contratação de novas dívidas por ARO este ano foi cerca de 155% a maior que entre janeiro a novembro do ano passado. Quem mais procurou os recursos foram os estados, responsáveis por pedidos de R\$ 2,3 bilhões. Os municípios de interior fizeram contratações de R\$ 1,2 bilhão. Já as capitais foram responsáveis pelos outros R\$ 277 milhões.

Entre os meses de janeiro e novembro, o Estado do Rio e seus municípios, no entanto, endividaram-se em ARO em R\$ 15

milhões, o mesmo valor contratado no ano passado.

Em relação à dívida contratual de longo prazo, o Rio se endividou em apenas R\$ 78,3 milhões contra R\$ 646,4 milhões entre janeiro e novembro de 1994. Os bancos estaduais aumentaram a concessão de ARO de R\$ 63,1 milhões em outubro para R\$ 144,5 milhões no mês passado.

Já os bancos privados aumentaram esses empréstimos a estados e municípios de R\$ 86 milhões para R\$ 138,2 milhões. No caso dos bancos federais, houve redução de R\$ 250,7 milhões em outubro para R\$ 195,6 milhões em novembro.

O custo médio ponderado das operações de ARO em novembro (4,95% ao mês) ficou maior que a de outubro (4,21%). Isso aconteceu porque a Caixa Econômica Federal realizou um volume menor de operações.

Segundo o chefe do Departamento de Dívida Pública do Banco Central, Jairo da Cruz Ferreira, a atuação da CEF, em outubro, foi bem superior, o que provocou a redução das taxas de juros.